APROVADA
SI RETIFICAÇÃO
EM 29.02.2000.

ESTADO DE RORAIMA
CÂMARA MUNICIPAL DE BOA VISTA
DIVISÃO DE ELABORAÇÃO DE ATAS

ATA

ATA DA TRIGÉSIMA NONA SESSÃO ORDINÁRIA DO QÜINQUAGÉSIMO SEGUNDO PERÍODO LEGISLATIVO DA SÉTIMA LEGISLATURA DA CÂMARA MUNICIPAL DE BOA VISTA.

Às nove horas do dia quatorze de dezembro de mil novecentos e noventa e nove, no Plenário **"ESTÁCIO PEREIRA DE MELLO"**, sito na Avenida Ene Garcez, número mil duzentos e sessenta e quatro, na cidade de Boa Vista, capital de Roraima, deu-se a Trigésima Nona Sessão Ordinária do Qüinquagésimo Segundo Período Legislativo da Sétima Legislatura da Câmara Municipal de Boa Vista, sob a Presidência da Senhora Vereadora **SÔNIA MARIA BACELAR FERREIRA**, secretariada pelo Senhor Vereador **ANTÔNIO FRANCISCO BESERRA MARQUES**, que fez constar a presença dos seguintes vereadores: **ALFONSO RODRIGUES DO VALE, BRAZ ASSIS BEHNCK, EUGÊNIA GLAUCY DE MOURA FERREIRA, ILKA MACEDO MALLA, JADER LINHARES, JESUS NAZARENO LARANJEIRA, JOSÉ IVANILDO DE SOUZA PEREIRA, MARIA DA CONCEIÇÃO SILVA VENTURA, MARIA DE LOURDES PINHEIRO, NATANAEL ALVES DO NASCIMENTO, OTÍLIA NATÁLIA PINTO LATGÊ, OTONIEL FERREIRA DE SOUZA, PARIMÉ BRASIL, TEREZA CRISTINA NOGUEIRA PAIM e VANTAN GOUVEIA PRAXEDES**. Havendo quorum regimental, a Senhora Presidente declarou aberta a sessão e colocou para apreciação dos Senhores Vereadores a ATA dia 09.11.99, a qual foi aprovada sem retificação, passando-se em seguida para a Leitura dos Expedientes. Após a leitura dos Expedientes passou-se para o **PEQUENO EXPEDIENTE,** no qual não houve nenhum vereador inscrito passando-se em seguida para o **GRANDE EXPEDIENTE**. Com a palavra o vereador **OTONIEL FERREIRA DE SOUZA** – Senhora Presidente, senhoras e senhores vereadores, distinta platéia que nos honra com sua distinta presença. Gostaria de destacar aqui a presença dos empresários do setor de transporte coletivo, o Eduardo e o Supriano, representante da Rio Branco e da EUCATUR respectivamente, boas-vindas à Casa. Senhora Presidente, nós fizemos a nossa inscrição no Grande Expediente para chamar a atenção da Casa e consequentemente das autoridades do meu Estado no que se refere a questão da violência urbana e nós fizemos uma carta aberta a sociedade onde na qual deverá ser objeto de transcrição nos anais da Casa e provavelmente para imprensa local. Eu gostaria de pedir atenção dos senhores. Vamos ler este documento e pediríamos a Casa que após transcrever esta carta na íntegra a fim de que nós pudéssemos fazer o

encaminhamento desse documento ao Ministério Público da Infância e da Adolescência, ao Juizado da Infância e da Adolescência, ao Conselho Tutelares, ao Governo do Estado e posteriormente a Sua Excelência o Prefeito Municipal. A carta aberta ainda é a maneira de se afastar o adolescente da delinqüência, a carta em apreço tem a pretensão mesmo sendo uma pálida contribuição a causa de contribuir para chamar atenção das autoridades e da sociedade como um todo para um problema da sociedade da falta de perspectiva da violência e dos atos infracionários praticados por adolescentes ao passo que apresente uma proposta didática e pedagógica através do Projeto Aprendendo e Produzindo, com base no ensino regular e da multisimplicidade dos cursos profissionalizante destinados aos adolescentes maior de 14 anos de idade que deseja participar da vida econômica da família, não se trata da obrigatoriedade elaboral mais uma alternativa ocupacional remunerada para uma grande parcela de adolescentes ansiosos em dar os primeiros passos no mercado de trabalho. Em primeiro plano a falta de perspectiva profissional encontra ponto da facilidades das ruas. Estamos vivendo numa época de criminalidade jamais enfrentada, é comum noticiarmos de jornais vinculados em manchete fracionada a crime cometidos aqui em Roraima, como se aqui fosse o único lugar do Brasil que o crime fosse atônica diária, até parece que o crime se tornou a marca patenteada de Roraima, mas a maior violência que se tem notícia ainda é que a fome quem passou por ela sabe o quanto sofre quem não tem uma alimento diário a estrutura econômica em que vivemos gera altos números indicadores de desemprego, e subemprego da população com conseqüência agravante da miséria de grande contigente de seres humanos neste contexto gira muitos pais de família que impossibilitado econômico social e culturalmente de manter e criar seus filhos acabam deixando a mercer da própria sorte nas ruas da cidade, quando sai ainda muito cedo em busca de alimento e dinheiro para ajudar no sustento da família é comum vê-los nos estacionamentos de carros, vendendo picolés ou simplesmente perambulando pelas ruas da cidade. Nestas situações de risco esses adolescentes se tornam vítimas de explorações por parte de adultos inescrupulosos que aproveitando da ingenuidade da criança e do adolescente lhes propõe ações maléficas que talvez até inconscientemente veja no adolescente infrator a semente do adulto bandido, que por isso queriam terminar cedo, se me perguntassem o que leva a criança e o adolescente a delinqüi eu não saberia, a questão é que sã tantos os fatores que integram na formação dos jovens que não saberia ater qual deles devo me focalizar, mas e uma coisa tenho certeza posso fazer a minha parte na tentativa de melhorar o problema por eles enfrentados, porque para seu sustento e de sua família se arvora em busca de atividades fora de casa, e nós apresentamos um projeto: O projeto: Aprendendo e Produzindo. A idéia central é que a prefeitura ou governo do estado ou ambos em conjunto facilite a ação da fazenda Bom Intento para que ali após reestruturar possa servir como laboratório de aprendizagem do

plantio de produtos hortifrutigranjeiros que os jovens possam manipular para sua própria sustentação e o restante, o remanescente poderiam ser distribuídos atendendo escolas, o corpo de bombeiro, hospitais e que dali eles conseguiam uma renda, da mesma forma pode-se ampliar uma oficina escolar de automóveis, uma marcenaria ou de mecânica com o apoio do SEBRAE. É claro que todos os cursos poderiam ser ministrados como o de informática, os adolescentes poderiam ser encaminhados para o trabalho como no Banco do Brasil, Caixa Econômica Federal, Empresa privada, lojas de Boa Vista, respeitando todos os direitos trabalhistas da criança e do adolescente no fim do curso o governo do estado deveria firmar convênios com as prefeituras municipais e com as empresas públicas e privadas para a absorção dessa mão de obra garantindo a esses jovens trabalhos a parte das suas aptidões e vocações. O próprio governo do estado pode absorver 50% desses jovens qualificados com contrato por tempo determinado até que eles sejam totalmente reintegrado as suas famílias e para o convívio social, o mais certo ser confundido com trabalho forçado, ou trabalho infantil, não com certeza não é isso, recentemente o presidente dos Estados Unidos, Bill Clinton fez comentário desastrosas sobre o Brasil que usa crianças na fabricação de calcados no Rio Grande do Sul e outros pontos do País, mas que no fundo o presidente estava querendo defender o mercado interno do seu país em detrimento do mercado brasileiro. Como já mencionamos se a fazenda Bom Intento for utilizada para fim de trabalhos laborais para adolescentes infratores o que de certa forma daria início profissional na vida deles, já que o centro sócio educativo, com uma louvável iniciativa não tem espaço físico nem técnico suficiente capaz de desenvolver muitas ativadas profissionais para os adolescentes que lá estão internados, teoricamente CSE, oferece além de comodidades moderna como camas, guarda-roupas, banheiros, jardins, etc.. esporte lazer e outras áreas também como cursos de pinturas e fabricações de artesanatos que não seria grande coisa no meu entendimento. O jovem infrator pelo o que parece não tem muito a reclamar quando se trata do bem estar, mas no tocante a profissionalização tem muito a desejar, se alguém alude o fato que a família tem que ficar perto do adolescente basta responder o seguinte: a distância de 30 km do centro da cidade para Fazendo Bom Intento, é a mesma do centro de Boa Vista para o Jardim Equatorial, ida e volta, não há diferença, não há diferença entre um fato e outros o que desejamos senhora Presidente, senhores e senhoras vereadoras é que o jovem adolescente tenha outras alternativas de capacidade profissional, não é justo que por falta de opção os jovens fiquem nas ruas a mercer da própria sorte, quando não ingressa no mundo da delinqüência sente inútil de não participar da vida econômica da família e o importante é ressaltar que os adolescentes de maior aptidão ou de interesse pode ser encaminhado para fazer cursos no SENAI ou no SESC, mas alguma coisa tem que ser feito. Não é possível que assistimos impassíveis as cenas que já se passaram em comuns onde jovens matam por

motivos fúteis e banais na essência os jovens estão chamando a atenção da sociedade para sua ociosidade, marca seu território até com marcas violentas e gritam por socorro, eu quero faz aqui uma adendo ao senhores vereadores. Já foram assassinados só no ano de 99 mais de 28 jovens em brigas de galeras ou aqueles que são executados friamente por crime de encomenda ou já problemas de drogas, então o índice é muito alto para uma cidade do porte de Boa Vista, ainda há tempo para gente resolver esse problema, mas até se pode perguntar porque elegemos a fazenda Bom Intento para instalar esse laboratório profissional. eu quero dizer o seguinte: a fazenda Bom Intento tem 2000 hectares de campo produtivo bastante água e etc. e de certa forma já tem uma pequena estrutura pronta para servir esse proposto bastando apenas alguns retoques que tem que ser feitos, eu quero dizer a vocês que a fazendo Bom Intento é de propriedade do Governo do Estado, estar ociosa aí daqui a 30km do centro de Boa Vista, muito bem localizada nas margens do Rio Branco e do Igarapé do Água Boa, 30 km daqui é muito perto e o objetivo é o que se segue, essa fazenda Bom Intento está localizada bem perto de Boa Vista apenas 30 km do centro da cidade. Após sua reforma as suas instalações podem servir para que se implante oficina com cursos de mecânica, eletricidade de veículos, carpinteiros, marcenarias, construções civis, hidráulica, serralharia, técnicas em agropecuárias para desenvolvimento agro pastoril, com vista para fabricação de queijo, manteiga, iogurte, e demais derivados do leito além das atividades, hortifrutigrangeiro, se esse laboratório for destinados ao uso dos adolescentes infratores esses devem ser acompanhados por psicólogos, psiquiatras, advogados, médicos e odontólogos, além desses profissionais, os menores por ventura com vícios de drogas devem receber durante sua desintoxicação um terapia ocupacional com a presença dos pais ou responsáveis. Essa iniciativa de transformar a fazenda Bom Intento as margens do Igarapé Água Boa pertinho do Rio Branco em fazenda escolar ainda que seja uma ação tímida dever ser vista como uma contribuição para promover uma atividade elaboral para o adolescente que hoje não tem nenhuma perspectiva de atividade profissional, aliás por falta de fazer, fazem muito mais do que deveriam basta olhar os índices de criminalidade , eu quero dizer para vocês aqui o seguinte: o que nós lemos aqui é apenas uma sugestão que nós passamos para os nossos governantes, olha gentes quem quiser ver todas as noites olhares tristes e lastimáveis basta sair da sua casa e ir no complexo Ayrton Senna que vamos nos deparar com jovens fumando maconha, cheirando cola de sapateiro, cocaína, lá na praça Barreto Leite perto do Hospital Lotty Íris tem uma praça muito bonita para o lazer, exatamente ali é um ponto de encontro de jovens para ali se drogarem, se prepararem para começar a delinqüir. Eu acho que se nós tivéssemos vontade política e baseado pelo o que foi hoje liberado pelo governo dentro do orçamento do Estado na ordem de cinqüenta e três milhões de reais, recursos destinados ao gabinete do governador com onze milhões de reais, a reserva de

contingência vinte e três milhões de reais para o governador gastar da maneira que quiser sem inclusive prestar contas para a Assembléia Legislativa ou para o Tribunal de Contas e mais de dezenove milhões de reais para a Secretaria do Trabalho e Bem-Estar Social - SETRABES, dinheiro este que a esposa do governador vai gastar da maneira que quiser , cominando bacia, roupa o que quiser, será que não dava para o governador ter um pouco de sensibilidade e desses recursos retirar um percentual de 25% e implementar os cursos profissionalizantes para tirar esses jovens das ruas, os menores adolescentes que atormentam a sociedade, os menores adolescentes que matam, roubam e estupra diariamente são de um bloco de 2500 jovens que fazem parte das galeras de Boa Vista, gente todo o Brasil e todo mundo a perspectiva do nosso estado está com os jovens, será se nossa juventude se comportar assim vai ter algum futuro para o nosso estado, é difícil, eu temo que a sociedade ainda assim aconteça, eu estava lendo uma matéria escrita pelo jornalista Jessé de Souza, um artigo chamado tendência e neste artigo o jornalista faz uma denúncia extremamente grave ele não cita o nome da pessoa exatamente para que não prejudique ainda o processe de quem era os autores desse detalhe, mas ele fala do que? Que o filha de uma alta autoridade desse estado de Roraima conseguiu simplesmente de maneira que o Ministério Público deva apurar a soma astronômica de trezentos e cinqüenta mil reais, pago com chegue do poder público de um importante órgão estadual para fazer farra com uma prostituta francesa, mandou buscar a mulher para Roraima por cinqüenta mil reais de cachê que ela cobrou, ele se apaixonou por essa moça e foi para França e ele exigiu mais trezentos mil reais e ele pagou com dinheiro público, pagou com um cheque expedido por um Órgão Público, e pagou para uma prostitua francesa lá em Riviena na França, o pai desse jovem não sabia e determinou que fosse estornados esses dois cheques provavelmente ele irá repor nos cofres públicos, eu quero apenas dizer para vocês o seguinte essa daí é uma demonstração que está faltando alguém para olhar pelos jovens da minha cidade, essa demonstração aqui é uma falha gritante do governo estadual que permite que saia pelos ralos o dinheiro público para urgir, para se gastar com prostitutas na França um dinheiro que poderia ser revertido com jovens que vivem hoje delinqüindo na cidade de Boa Vista. Eu acho que governo tem a obrigação e mais do que isso o Ministério Público estadual tem o dever de apurar porque um órgão público através de cheques para ao jovem filho de uma autoridade ilustre do meu estado a quantia astronômica de trezentos e cinqüenta mil reais, para ser gastos em prostíbulos ou com prostitutas fora do país, essas coisas é que me deixa triste e com vergonha do meu estado, nosso estado está mais ou menos para Indonésia que não tem governo, o nosso estado precisa ser governado com seriedade e acima de tudo em favor da sociedade. Eu jamais poderia imaginar que órgão público do meu estado assim se comportasse, como se o dinheiro público fosse dinheiro privado particular trata-se de economia vinda do Governo

Federal através do FPE, e trata-se de recursos que são arrecadados pelos tributos que nós pagamos para o governos, os impostos que nós pagamos do meu salário é descontado 27% a cada mês e esse dinheiro é repassado para união que através do FPE repassa para os governos estaduais e está inserindo dentro disso vinte e oito mil reais que o governo do estado recebe mensalmente, com esses valores com certeza jamais poderia hoje se bem aplicado, temos trinta e três mil pais de famílias desempregados e consequentemente seus transitam e tramitam pelo caminho da ilegalidade da marginalidade e da criminalidade por falta de opção. O governo precisa ver que administrar é com decência com respeitabilidade e visando atingir o bem está da sociedade isso daí jamais poderia está ocorrendo. Eu quero senhora Presidente que nesse momento preside esta casa, requero a Vossa Excelência que do meu pronunciamento seja extraído na íntegra o toque do final a que se refere a essa denúncia a esta carta, a esse artigo inscrito pelo jornalista Jessé de Souza, e tendo extraído uma cópia e encaminhado ao Ministério Público estadual afim de que passe a investigar essa causa, quero finalizar minha humilde fala na manhã de hoje, abordando um assunto que também é de interesse da sociedade. com a palavra o vereador **JESUS NAZARENO** – Vereador Otoniel, nós pedimos que o senhor mande por escrito para a direção da casa o texto ou denúncia que Vossa Excelência quer mandar fazer o Ministério Público que nós o enviaremos, mande por escrito. Vereador **OTONIEL FERREIRA DE SOUZA**– eu quero agradecer essa intervenção e nós vamos reproduzir o texto da denúncia feita pela folha de Boa Vista e escrita pelo Jornalista Jessé de Souza, e encaminhar a mesa diretora da Câmara Municipal, quero dizer de que se algum vereador entender que a Câmara não deva se intrometer nessas questões, eu farei do meu próprio punho, não tem problema nenhum. Com palavra a vereadora **ILKA MALLA** – vereador quem é esse ricaço da francesinha? **Otoniel** – no jornal o jornalista Jessé de Souza diz que mantém ainda a Polícia Federal em sigilo. **Otoniel Ferreira de Souza** – só para não prejudicar as investigações, só que os valores foram pagos através de cheques, foi pagos com cheques do poder público de um importante órgão da administração. A constituição estadual diz que as funções do Ministério Público, dentre outras é exatamente de preservar o patrimônio público, e trezentos e cinqüenta mil reais sai dos cofres públicos faz parte desse patrimônio. Eu acho que deva ser aplicado em saúde, educação. Eu estava vendo aqui tem um monte de coisa aí que não está funcionando por falta de dinheiro, ora o cara pega trezentos e cinqüenta mil reais aí vai para França namorar uma francesinha bonitinha, numa boa pago pelo dinheiro do estado, eu acho que tem que devolver e acho que tem que ser punido. A Vereadora Eugênia concedeu cinco minutos do seu tempo ao vereador Otoniel. É o seguinte isso é em função do Regimento , o Regimento permite que qualquer vereador possa interessando pelo fato que se discute pode ceder e eu agradeço os cinco minutos. Bem então veja só está aqui: "CER vai

demitir para eliminar despesas" O presidente das Centrais Elétricas de Roraima, Dr. Estênio Nascimento diz que a partir de Janeiro, vai demitir grande parte dos funcionários da CER, porque ele precisa economizar dinheiro, eu digo o seguinte para economizar dinheiro basta que o presidente Dr. Estênio Nascimento, pessoa de uma probidade inquestionável dê seqüência ao seu trabalho respeitando o dinheiro Público como não o fizeram aqueles que o intercederam a CER teve um desvio de quase nove milhões de reais dos cofres da empresa, vocês sabem o que significa isso, faliu a CER. A CER não tem créditos os funcionários também não recebem em dias e estão aí a ver navios e o governo encontrou uma maneira bacana de demitir os funcionários, não é por aí governador, pelo amor de Deus, trinta e três mil pais de família já estão demitidos porque não estão empregados, agora esses que tem a vida, tem gente que tem 15, 18, 19 e 20 anos. Homens que já estão de cabelos brancos, já não tem mais espaço nenhum no mercado de trabalho e nem podem fazer concurso público porque sua idade não mais lhe permite, e o governador em retribuição pelos votos que recebeu maciçamente dos funcionários da CER vai lhe dar um presente extraordinário colocando no olho da rua, eu não entendo mais isso, isso daí é um desrespeito, uma agressão. Qual é a maneira que esses jovens ex-funcionários da CER, podem está passando? eu queria dá exemplo aqui da ação do governador. Eu não quero saber como faliu o Banco de Roraima, não quero nem saber, se emprestou mal se não cobrou corretamente o importante é que levou o Banco de Roraima a falência. Sabe qual foi o prêmio que ganharão os funcionários do Banco de Roraima, todos demitido, todos para rua, criou o Banco de Fomento colocou dois amigos lá e o resto foi para rua, gente 18, 29 , 20 anos de serviço todos foram pra o olho da rua sem saber o que fazer, perderam eles inclusive a chance de participar de concurso público de provas e títulos hoje realizado por várias casas creditícias, mas já não tem mais idade e o que é pior eles fizeram um acordo com o governador se votasse nele ele ia encontrar caminhos, meios e métodos para distribuir nas secretarias de estado ou empresas de economia mista fecharam o acordo e votaram maciçamente, nem recebi, mas eles em grupo e nem pagou a indenização a que tem direito pelos vinte anos e poucos de trabalho e hoje o governo encontrou o caminho mais fácil de resolver a justiça, porque sabe que o poder judiciário no Brasil, principalmente é moroso e cabe a cada sentença prolatada antes do seu trânsito em julgado um grau e ele assim está protelando e fazendo, alguns chegam a morrer de inanição porque não tem como sobreviver, fica portanto senhor governador o meu protesto individual e se alguém quiser me acompanhar está aberto para isso, mas o meu protesto individual e pessoal pela promessa de demissão dos funcionários da CER é em solidariedade aos já demitidos os funcionários do ex-Banco do Estado de Roraima- BANER que passam por sérias dificuldades e privações primeiro porque estão demitido e segundo por que não recebem as suas indenizações de que tem direito constitucionalmente um protesto contra

o governo do estado. Com a palavra a veadora **EUGÊNIA GLAUCY** – Senhora Presidente permita me neste expediente fazer uma retrospectiva, hoje quando eu lia no jornal como é meu hábito fazer todas as manhãs, eu deparei com uma notícia até então muito interessante, com está dentro da minha proposta do trabalho político que é integralmente da defesa da mulher e da criança, porque quando eu falo da mulher eu a coloco como célula mãe da família, ela é a célula da família. Então ao ler o jornal, "dirigentes dizem que falta de quite de remédio será resolvido esse ano", e no desenvolver da reportagem eu me deparei, inclusive eu quero dizer ao meu ilustre colega que tenho admiração por ele como médico, como político, mas creio que a sua assessoria não esteja bem informada, porque todos nós sabemos que municipalizar, não é tirar de um para dar para outro, municipalizar é colocar a disposição da população serviços médicos que são do gestor do sistema ou seja o Estado de Roraima não é gestor do SUS, então ele não pode alegar que a falta de medicamento ou falta de estrutura no sistema do estado é em virtude do SUS, o teto financeiro do estado é de um milhão cento e quarenta mil e só usava seiscentos mil o teto financeiro do município ainda em dezembro é apenas cento e vinte mil reais e está em fase de municipalização e consequentemente em fase de restruturação para receber os serviços de saúde por conseguinte o município não tirou um tostão do estado ele apenas foi considerado como não gestor do sistema único de saúde uma vez que sua gerência é privatizada, então se ele não é gestor do sistema ele não pode realmente ser gestor do dinheiro. Eu vir aqui duas declarações importantes. Bom voltando a retrospectiva. Em 1994 logo após três anos da liberação da lei 8.069 que todo mundo conhece que é o Estatuto da Criança e do adolescente, nós dirigimos o setor da saúde inclusive eu estava a frente da secretaria de saúde do estado essa vereadora que vos fala no momento, eu era secretária e ao participar tinha um encontro de saúde materno infantil da região norte. A única maternidade brasileira pública que era feito o teste do pezinho, chamava Hospital Materno Infantil Nossa Senhora de Nazareth e era já uma exigência da Lei 8069 que é o Estatuto da Criança e do Adolescente. Em agosto e 1994 fizemos o primeiro contrato com o "PAI" - Rio, o primeiro , para aqueles que querem confirmar o que eu estou dizendo é só pedir a cópia do contrato do primeiro contrato com a PAI, eu tenho a cópia comigo guardada, eu aviso porque tem muitos ratinhos do serviço públicos que gostaria de ir nos arquivos e dar fim nos feitos. Então baseado no ECA estatuto da Criança e do adolescente nós implantamos o teste do pezinho, o teste do pezinho ele não é do Sistema Único de Saúde ele é institucional da maternidade que seja mantida pelo SUS que seja mantida por uma fundação não interessa. A verdade é que é um direito da Criança nascer com direito do teste do pezinho a sua disposição isso é previsão na lei 8069, neste momento eu vou ler o artigo e o inciso que estabelece esses princípios se me permite senhora presidente. Os hospitais e demais estabelecimentos dê atenção a saúde

de gestantes, públicos e particulares são obrigados a isso é o artigo 10 da lei 8069 eu vou direto ao inciso que conteste. Então artigo 10 inciso 3 e não me fale no bole é isso mesmo inciso 3.º proceder exames visando ao diagnósticos e terapêutica de anormalidade metabólicas ou seja no metabolismo do recém-nascido bem como prestar orientação aos pais, então vejam bem, é independente ela é institucional seja uma maternidade pública ou privada é uma direito de cidadania da criança ter esses quites para fazer os exames isso não depende de repasses do SUS a proposta do "PAI" de não faltar serviços era que não haveria nem licitações para compra de serviços hoje nós estamos vendo que não é isso aí com todo respeito ao ilustre presidente da Cooperativa que é meu companheiro médico meu colega vereador embora tracemos linhas diferentes políticas mas eu não acredito que essas declarações tenho sido fada especificamente por ele, sim pelos assessores eu com certeza não devem estar a par do ECA, Estatuto da Infância e do Adolescente a prova é que todo Hospital que nasce criança aqui se ele não tiver no seu laboratório para fazer ele é obrigado encaminhar para fazer o teste do pezinho, o hospital da mulher e o hospital Lotty Íris fazer o teste do pezinho porque é uma exigência legal para ele funcional, e o hospital público que não fizer o teste do pezinho ele está descumprindo o artigo 10 e o inciso 3 da Lei 8069, portanto é obrigação do hospital é obrigação do sistema que gerencia adquiri os quites não foi responsabilidade do SUS isso não é considerado dentro do plano de Assistência Básica isso é assistência de maternidade é assistência de maternidade e para isso é responsabilidade do estado que mantém a única maternidade que existe em nosso estado é a maternidade Nossa Senhora de Nazareth ainda dentro desse contexto que está dentro de minha proposta política de vir aqui dar a minha opinião e defender essas questões da saúde principalmente o que diz respeito a vida da mulher e da criança porque é justamente onde estão implantada a esperança de uma melhor qualidade de vida do nosso estado e do nosso país, a maternidade segundo a diretora, permita-me ler Senhora Presidente. A Diretora do Hospital Materno Infantil Nossa Senhora de Nazareth, Francinéia Moura explicou que a falta de quites deve ser a grande demanda de nascimento, se falta quites é porque não se pode prever a quantidade de criança que vão nascer isso daqui é a demonstração da falta de planejamento de sensibilidade administrativa, de falta de conhecimento na administração pública na gestão de sistema é desconsideração com o público, isso aqui é atestado de incompetência de quem dirige um hospital, e outra não falta só quites não eu opero lá e falta fio para operar as mulheres também falta um monte de coisa, infelizmente o problema é local, é administrativo é gerencial, nesse momento eu já nem culpo os setores centrais eu já estou culpando é as pessoas que estão diretamente ligadas ao público, que veste um paletó e empina o nariz e trata o povo como se fosse lixo, como se o sistema fosse gratuito e na verdade nenhum serviço é gratuito todo serviço é financiado pelo próprio

povo e falta o povo tomar consciência disse, quando tiver essa consciência as coisas mudam no sistema público e diz respeito uma portaria ministerial, onde diz que todo funcionário público que presta serviço direto a população ele é obrigado a tratar bem a população. Ele tem que ser recebido com dignidade, isso é uma portaria ministerial que tem mais de dez anos, só falta antes de mais nada conhecimento. Aqui neste jornal está relatado, está carimbado de incompetência administrativa, faltar teste do pezinho, não pode isso é Lei, o artigo 10 inciso 3.°, porque as pessoas ainda não aprenderam requerer seus direitos através das leis que são instituídas nesse país, é por isso que as vezes Senhora e Senhores Vereadores eu questiono o tanto de Lei que agente faz aqui pra afogar esse Plenário e não são cumpridas, o próprio ECA não é cumprido assim como colocou o Vereador Otoniel nas suas questões que sensibiliza, e eu coloco nas questões que me sensibilizam como política, então eu acho inadmissível uma empresa respeitada. Um jornal lido maciçamente admitir unilateralmente propagar que a responsabilidade da falta de material pra teste do pezinho num Hospital Público é de responsabilidade do SUS porque a saúde foi municipalizada há pouco mais de 30 dias se ainda não foi feito nem o primeiro repasse que agora em dezembro será de R$ 120.000,00 e que nós estamos brigando para que ele vá para R$ 400.000,00 ou R$ 500.000,00 quem sabe não vai para R$1.000.000,00 porque nós precisamos do recurso para que é destinado, por que o recurso do SUS é para o povo e tem que ser gerenciado por eles, as comissões de auditoria estão aí. A Secretária Municipal de Saúde não é responsável pela falta do kit de material de fazer o teste do pezinho uma vez que ele é institucional, a maternidade onde nasce as crianças tem a obrigação por Lei de ter o teste do pezinho, era isso que eu queria dizer senhoras e senhores. Com a palavra a Vereadora **MARIA DA CONCEIÇÃO SILVA VENTURA** – Senhora Presidente, Senhores Vereadoras e Vereadores, público aqui presente e imprensa. Senhora Presidente ultimamente eu venho sendo alvo de notícias dos jornais em primeira página, por que fui colocar meu domicílio eleitoral em Caracaraí não vejo nenhum empecilho que seja contra mim como cidadã brasileira que é um direito de ir e vir que tenho, é um direito do cidadão brasileiro escolher um lugar para votar, e fui surpreendida no mês passado ainda não tinha sido nem chamada lá na justiça de Caracaraí quando uma pessoa chegou e ligou dizendo olha Roxa estão fazendo sacanagem contigo aqui dentro do Fórum, e eu já sabia o que estava acontecendo lá dentro mais esperei ser notificada, fui em Caracaraí entrei com recurso e hoje o documento está aqui, mais pra minha surpresa todo dia eu tenho notícia assim: Promotor de Justiça de Caracaraí, Ulisses Morrone denunciou a vereadora de Boa Vista Maria da Conceição Ventura por dá declaração falsa em documento público para fins eleitorais, Roxa deu entrada na transferência em domicilio eleitoral mais teve seu pedido julgada improcedente pelo juiz eleitoral de Caracaraí, no pedido de transferência a vereadora declarou que reside na R-1, N.° 120 no Bairro Santa

Rita, no entanto na diligência realizada por servidor do TRE ficou constatado que no endereço citado reside o senhor Raimundo Pedro Fernandes que comprovou ser proprietário do imóvel mostrando conta de água e luz, outra declaração pelo promotor de justiça de Caracaraí é que Roxa na atual Legislatura que se encerra no próximo ano, não poderá residir em Caracaraí há 6 anos, assim ele fez a denúncia através do Ministério Público por acreditar que a Vereadora forneceu dados falsos para conseguir transferência de domicilio eleitoral, o Promotor acredita que a vereadora Roxa deve ser ouvida na 2ª zona eleitoral da cidade localizada na capital. A folha tentou todo o dia de ontem falar com a vereadora Roxa mas o celular estava fora da área de serviço e no telefone convencional a vereadora não foi encontrada. Meu celular está fora de área porque meu filho atende o telefone da minha filha, eu atendo o telefone tantas são as pessoas que me conhece que eu morava em Caracaraí, aqui está a certidão de nascimento do meu filho que tem 11 anos, nasceu em Caracaraí na maternidade de Caracaraí. Eu vim de Caracaraí por que estava sendo perseguida lá porque eu não ajudei um Prefeito lá, mas eu fui fundadora do PL, o PL quem fundou foi eu em Caracaraí, ajudei muitas e muitos prefeitos lá, votei muitas e muitas vezes em Caracaraí, como entrou um Prefeito que eu não ajudei ele na política ele começou a me perseguir como Presidente da Câmara e eu tive que vir embora de Caracaraí porque eu tinha a minha família e não podia ficar sendo perseguida porque lá acontece isso, porque toda vez que entra um prefeito sai perseguindo as pessoas que não trabalhou em favor dele e eu vim para Boa Vista e fui morar no Jóquei Clube e transferi meu título de lá para cá. Hoje eu estando aqui na Câmara nada me impede que a Lei me ampara que eu mude meu domicilio e eu tenho aqui comprovante e contrato por instrumento particular de compra e venda e multe obrigação de quitação parcial, contrato n.º 170/98 da Codesaima, uma casa minha que fui sorteada. Com aparte o vereador **PARIMÉ BRASIL** – Eu quero me solidarizar com Vossa Excelência mesmo por que já é isso sem levar evidentemente numa análise mais profunda e nem entra no mérito da questão, é que muitas pessoas que chegam aqui em Roraima para ocupar um cargo de pronto primeiro a história não só do Município mais do Estado, o que está acontecendo é que a Lei permite que de pronto procuradores e os promotores ofereçam denúncias que muitos juizes que aqui não residiu ofereça que lhe dê sua sentença a processo que não conhece sua história. Eu quero me colocar a disposição de sua Excelência para testemunhar se necessário for em juízo que quando Presidente da Codesaima eu tive o prazer de lhe oferecer uma casa lá no Município de Caracaraí construída pelo sistema de habitação, o que demonstra que Vossa Excelência residiu e tem residência naquele Município. Então eu quero me solidarizar com Vossa Excelência e me colocar a disposição e lamentar profundamente a sentença dada pelo meritíssimo Juiz da Comarca de Caracaraí que coincidentemente tem dois funcionários ligados diretamente com uma candidata, inclusive a própria

candidata parece que trabalha no gabinete daquele Juiz, o que leva a crê que não foi dada a sentença como é o rigor e com maior imparcialidade. Com aparte o vereador **OTONIEL FERREIRA** – Vereadora Roxa, só para continuar o aparte do vereador Parimé, eu também hipoteco a minha solidariedade a Vossa Excelência, me contra ponta a sentença prolatada pela Justiça Eleitoral nessa questão especifica até por que em 85 e 86 quando nós presidíamos a Companhia Energética de Roraima-CER, tivemos em Caracaraí várias vezes e a Ilustre parlamentar exercia lá as suas atividades profissionais como professora e líder comunitária naquela cidade. Portanto quero dizer que eu acredito na sensibilidade das autoridades do Poder Judiciário local e que o grau de recursos que deva ser interposto por Vossa Excelência a essa sentença para revogá-la e dar-lhe o direito da sua inscrição como eleitora e consequentemente candidata a Prefeita de Caracaraí. Eu quero que você mande pintar uma casa toda de roxo lá no centro da cidade a fim de que já comece a identificar. Por outro lado eu gostaria de dizer apenas o seguinte: a justiça não pode ter dois peso e duas medidas, a nossa querida e Ilustre vereadora Otília Pinto Latgê transferiu seu título para cidade de Rorainópolis sul do Estado aonde é candidata a Prefeita e deva eleger-se Prefeita daquele Município e a justiça eleitoral concedeu a sua inscrição. Será que essa justiça que temos é para atender um ou outro ou é por que você é mais escura e as pessoas estão confundindo? Será que é racismo? Eu quero dizer a Vossa Excelência o seguinte: se eu servir como uma testemunha me convoque que vou depor a seu favor, em sua defesa, se é esse o caso. Com aparte a vereadora **MARIA DE LOURDES** – Vereador Roxa, eu também esto solicitando a você, quero dizer-lhe que conheci quando você morava em Caracaraí e eu já era vereadora e conheci seu envolvimento em Caracaraí, da igreja que você construiu lá e não sei o que significa essas transferências de título ou a gente não entende nada, porque o próprio vereador Otoniel denunciou aqui inúmeras pessoas nas filas transferindo títulos de Boa Vista para toda parte do interior e se você fizer um levantamento hoje no cartório eleitoral a transferência atinge mais de 5.000 transferência, e até hoje só sei que o impugnado foi só o seu. Então eu quero me colocar a sua disposição a minha humilde contribuição, estou a sua inteira disposição e também como testemunha do teu trabalho no Município de Caracaraí. Com aparte a vereadora **OTÍLIA PINTO** - Vereadora, eu também quero me solidarizar com Vossa Excelência, não poderia deixar de ficar a par dessa situação porque venho acompanhando todo o seu drama ao longo desses anos, bem como sua atuação aqui como vereadora frente ao Município de Boa Vista. Quero também dizer aqui que as colocações do nosso colega foram brilhantes, em termo de cor, não tem nada a ver, ele foi bastante irônico, eu acho que para efeito de descontração do plenário valeu a pena, mas eu quero colocar aqui que a minha situação foi bem clara aqui, apesar de eu contestar a posição do Jornal Brasil Norte, quando a juíza menciona a fraude no que diz respeito a sua documentação. Mas a

minha situação é bem diferente até porque eu não tenho casa lá, eu tenho um contrato de locação, como bem colocou a aqui o jornal e já estou freqüentando o Município de Rorainópolis há algum tempo, mas nunca residi lá, como você já residiu no Município de Caracaraí, por isso sou solidária a você. Eu tenho a certeza que a justiça haverá de rever essa situação e nós duas haveremos de nos candidatar, você pelo Município de Caracaraí e eu pelo Município de Rorainópolis. Eu acho que no final da história todas nós vamos conseguir levar. Com aparte o vereador **NATANAEL NASCIMENTO** - Vereadora Roxa, eu quero também me colocar ao seu lado nesse momento difícil e fazer um rápido comentário porque a nossa Lei define domicílio aquele lugar que a pessoa demonstra a vontade, o ânimo, demonstra a intenção de residir, de viver, de ter seus negócios e no caso da vereadora Roxa, essa sua intenção de disputar um pleito, essa sua mobilização de ir para o Município de Caracaraí, independentemente de ter morado ou não, que aí já é um fator muito importante, mais no primeiro instante, ela já demonstrou através da imprensa a sua vontade de ir disputar o pleito no Município de Caracaraí, por conseguinte, já está caracterizada essa iniciativa de ir para lá e isso Vossa Excelência está coberta pela Lei, como bem colocou a vereadora Otília Pinto. Eu tenho certeza que a justiça vai corrigir essa decisão até porque foi o Juiz de 1.º grau e tudo isso cabe recursos. Nós vamos ficar rezando para que Vossa Excelência tenha sucesso, não só nesse processo, mais também no pleito que será realizado lá no Município de Caracaraí. Com aparte a vereadora **ILKA MALLA** - Vereadora Roxa, quero também me solidarizar com Vossa Excelência e endossar as palavras de todos os colegas que já se pronunciaram a seu respeito e sei que não tem nada a ver, deve ser simplesmente implicância, não é a cor não é nada, a sua cor morena é a cor do Brasil, é uma das cores mais bonitas, nós temos uma coisa muito lógica para dizer a Vossa Excelência, eu sei melhor do que ninguém que o que mais dói no ser humano é a traição e desta traição nenhum de nós estamos livres, coloque uma coisa na sua cabeça, nenhuma pessoa joga pedras em árvores que dê frutos bons, se Vossa Excelência está sendo bombardeada, é porque está incomodando. O vereador Parimé Brasil disse uma coisa muito certa se nós hoje pelo quadro atual, estamos acompanhando a situação, há mais de um mês que Vossa Excelência vem sofrendo esse tipo de pressão, eu compararia hoje aqui uma balança, isso chama-se politicagem barata, em uma balança está o peso de um deputado estadual e o peso de um vereador, mais tenha muita fé, a verdade sempre é uma tona, não desista, erga a cabeça e conte sempre com os 16 colegas que Vossa Excelência possui nesta Casa Legislativa, nós estaremos sempre juntos em qualquer situação, mas de maneira nenhuma perca a fé, nem perca a esperança, vá em frente e conte sempre conosco. Continuando a vereadora **ROXA** - Continuando aqui o meu pronunciamento Senhora Presidente, hoje no jornal a primeira coisa que a minha filha leu foi isso aqui, domicílio requerido por Otília Pinto é legal, os casos são parecidos mas não são iguais,

é o que disse ontem a Juíza do Município do São Luiz do Anauá, com jurisprudência sobre Rorainópolis, Graciete Souto Maior para justificar a decisão em que considerou legal o direito da vereadora Otília Pinto, de ter domicílio no Município de Rorainópolis, ela disse que sua sentença foi publicada no início do mês de outubro bem antes do processo do Município de Caracaraí, a onde a vereadora Roxa teve negado um pleito semelhante, segundo a juíza o que estava em julgamento não era o fato de Otília Pinto ter um mandato de vereadora no Município de Boa Vista, mais um Requerimento de Domicílio Residencial ao Cidadão, vejam só o que ela diz, ao cidadão lhe é facultado o direito de ter até três domicílio, ela terá que fazer opção por um deles e foi nesse princípio em que baseie a minha decisão, diz Graciete, informou que Otília Pinto apresentou ainda anexo ao documento, um contrato de locação, com comprovante de residência o que atesta a veracidade de que ela residia no Município de Rorainópolis. Além do mais segundo a juíza Graciete, a vereadora Otília Pinto mantém intensa atividade política no Município de Rorainópolis o que lhe serve como adendo, é público e notório que ela vem aqui constantemente e disse. O art. 42 do Código Eleitoral, segundo a juíza respalda o seu julgamento, o caso do Município de Rorainópolis segundo ela nada tem a ver com o caso do Município de Caracaraí aonde comprovou-se a verdade, de que houve uma fraude já que a Certidão de Residência apresentada pela vereadora Roxa não foi aceita pelo Juiz Antônio Martins quem indeferiu o seu pedido. Eu não levei nenhum documento quando eu fui fazer a transferência do meu título de eleitor, eu conversei com o rapaz que lá estava fazendo a transferência e ele me pediu um endereço e eu disse tenho uma residência aqui, todo mundo sabe, todo mundo me conhece dentro do Município de Caracaraí e na minha casa pode ir lá alguma correspondência e o rapaz que reside na casa ele viaja muito porque ele é vendedor ambulante. Então eu vou dar o número da residência a onde eu mais fico aqui, que é a residência do Raimundo, eles moram lá, foi um terreno que eu dei, eu tenho documentos que comprovam porque foi uma família que me ajudou muito, que cuidou de mim, que cuidou dos meus filhos e eu nunca irei tomar aquela casa daquela senhora. Então eu disse que iria dá aquele endereço, o rapaz foi fazer uma diligência lá e pegou de uma criança de 14 anos a conta da água, mas o rapaz da CAER disse ah! Conceição, porque lá eles me chamam de Conceição, a Conceição tem conta de água aqui sim, inclusive eu fui pegar na CAER, sou cadastrada, desde o ano de 1986, que eu tenho conta de água e energia, tanto tenho na CER, como tenho na CAER. Mas para me prejudicar porque lá dentro do Tribunal existe um complô, eu não quero aqui citar agora, vou deixar para falar em juízo, quem fez isso. Então eles para me prejudicar fizeram isso, para mim eles não pediram nada, o papel que apareceu lá foi da diligência de um cidadão de dentro do cartório, o Oficial de Justiça foi quem foi buscar. Então isso foi o que aconteceu, mas a minha pessoa não foi pedido nada e eu vejo tantas e tantas pessoas que chegam aqui no

Município de Boa Vista até me procuram, que chegam no Município de Caracaraí, que chegam no Município de Rorainópolis, que não possuem nem a onde morar, eles estão em alguma residência e dão simplesmente o endereço e não acontece nada com o título de eleitor deles. Então só acontece com o meu título de eleitor. Eu fui professora durante 3 anos no Município de Caracaraí, fui diretora da FUNABEM durante 3 anos, eu trabalhava com os meninos de rua, trabalhava em parceria com o Dr. Machado, trabalhei em parceria com o Dr. Jacinto Carvalho, trabalhei com o Dr. Anunciação, eles colocavam as crianças lá de castigo e eu levava as crianças para a antiga FUNABEM a onde passou a ser Centro Comunitário. Então todos os munícipes do Município de Caracaraí me conhecem, as crianças que foram meus alunos dizem professora eu vou depor a favor da senhora. Eu crio meninas lá do Município de Caracaraí, elas moram aqui em Boa Vista comigo, é só se dirigir a minha residência e ver quantas meninas do Município de Caracaraí eu crio, como é que podem dizer que eu fraudei, que eu nunca residi e que eu só fui lá com intenção eleitoreira, se eu residia lá quando eu fui contratada pela Secretaria de Educação. Eu trabalhava de Serviço Prestado no Colégio Rio Branco, no Município de Caracaraí, como é que podem dizer que eu fraudei, que eu estou só querendo a situação eleitoreira, eu sou de lá desde o ano de 1985. Então ele não pode dizer isso de mim, mas Deus é bom, Deus é Pai e eu não vou desistir de jeito nenhum. Eu estou magoada porque foi só com a minha pessoa, eu não vou ignorar o fato que o vereador Otoniel Ferreira de Souza disse, talvez por eu ter a pele preta, talvez seja sim por estarem me perseguindo por ter a pele preta e por ser pobre, mas sou honesta, gosto de trabalhar pelo povo até o fim. Muito obrigada. Não havendo mais nenhum vereador inscrito para o Grande Expediente, passou-se para o **INTERVALO REGIMENTAL**, o qual foi suprimido a requerimento verbal do vereador Jader Linhares. Passando-se então para a **ORDEM DO DIA**. A Senhora Presidente solicitou ao Senhor Secretário fazer a leitura do Projeto de Lei n.°012/99, de 20 de setembro de 1999, que Estima a Receita e Fixa a Despesa do Município de Boa vista para o Exercício Financeiro de 2000, de autoria do poder Executivo. O vereador Vantan Praxedes, requereu verbalmente a Mesa Diretora para que fosse lido somente os pareceres das Comissões com as suas Emendas. Leituras dos pareceres: Parecer da Comissão de Finança e Orçamento, proponho a aprovação do Projeto de Lei, relator Parimé Brasil, os vereador Jader Linhares e Maria da Conceição Ventura, adotam o parecer do relator. Leitura da emendas ao Projeto de Lei n.°012/99, de 20 de setembro de 1999. Emenda aditiva n.°01. Nos termos do parágrafo 4.° do artigo 119 do Regimento Interno desta Casa Legislativa, propomos que seja acrescentado o parágrafo único no artigo 4.° no Projeto de Lei n.°012/99 de 20/09/99, o qual passa a vigorar com a seguinte redação. Art. 4°, parágrafo único - Fica estabelecido reserva de contingência no valor de seiscentos mil reais. Justificativa – Estabelecida a reserva de contingência

para atender despesas emergenciais, faz-se necessário acrescentar ao parágrafo único ao art. 4.°, para amortizar o Projeto. Boa Vista-RR, 09 de dezembro de 1999, Eugênia Glaucy, vereadora. Emenda Aditiva n.°02. Art. 5.°, item III, reserva de contingência de seiscentos mil reais. Justificativa – Estabelecida a reserva de contingência para atender despesas emergenciais, a mesma justificativa. Emenda Aditiva n.°03, acrescenta a letra C, no parágrafo único do artigo 7.°, que passa ter a seguinte redação: as despesas financiadas com recursos provenientes da reserva de contingência. Emenda Modificativa n.°01, artigo 5.°, item B, administração e planejamento, 12.974.082, que é exatamente daqui que sai os seiscentos mil, que estar sendo acrescentado na reserva de contingência. Emenda Modificativa n.°02, artigo 5°, item A, despesas correntes. 37.494.600, também é daqui que sai por causa do remanejamento dos seiscentos mil reais. Presidente **SÔNIA BACELAR** – Com as emendas foram todas de consenso, as mesmas serão votadas em blocos. Passando-se para a votação das cinco emendas. Alfonso Rodrigues – pela aprovação, Antônio Francisco Beserra Marques- aprovo, Braz Behnck- aprovo, Eugênia Glaucy – aprovo, Ilka Malla – pela aprovação, Jader Linhares – aprovo, José Ivanildo – aprovo, Jesus Laranjeira – aprovo, Maria de Lourdes Pinheiro – aprovo, Maria da Conceição Ventura – aprovo, Natanael Nascimento – aprovo, Otoniel Ferreira de Souza – tendo em vista que ao longo desses 60 dias que o Projeto de Lei Orçamentária de 2000, permaneceu na Câmara e discutido todos os pontos com minúcias, inclusive de detalhes, bastante cuidado e por isso o acordo coletivo das emendas, nós somos favoráveis. Otília Pinto – pela a aprovação, Parimé Brasil – pela aprovação, Tereza Cristina Paim – aprovo, Vantan Praxedes – Senhora Presidente, a administração municipal, juntamente com a assessoria de todas as Secretarias do Prefeito Municipal, estar de parabéns por ter mandado esse orçamento para o exercício do ano de 2000. Eu nunca vi um orçamento tão bem elaborado, tão bem formulado, quanto esse para o ano 2000. Estar de parabéns tanto o Prefeito como todos os Secretários que trabalharam em cima desse orçamento para mostrar sinceridade e trabalhismo pelo o Município de Boa Vista. Eu sou favorável. Portanto dezesseis vereadores disseram sim as emendas e nenhum vereador disse não as emendas. Aprovadas por unanimidade dos senhores vereadores as cincos emendas. A Senhora Presidente colocou em discussão o Projeto de Lei 012/99. Com a palavra o vereador **OTONIEL FERREIRA DE SOUZA** – Vou dizer apenas o seguinte: a Câmara Municipal, sem ofender as legislaturas passadas, nesta ela teve uma atuação no exercício de 99. Eu acho bastante relevante, foi uma preocupação da Câmara em todos os sentidos e muito mais interessante foi a verificação da apresentação do Projeto de Lei Orçamentária, quanto a LDO, que aqui chegou ainda no meado do ano. Nós propusemos as emendas capazes de atender as necessidades básicas do município, evidentemente dentro das suas limitações. Eu sou oposição na Câmara, a atual administração,

entretanto eu não sou oposição ao município. Eu faço oposição a alguns atos administrativos que entendo serem contrários aos interesses da coletividade e acho que em função da LDO ter chegado a tempo e nela inserida todas as emendas fundamentais para o Projeto orçamentário, teve o Prefeito o bom senso e bastante cuidado na elaboração. Quero dizer isso e ainda reafirmar que enquanto o Governo do Estado, alocou vinte e três milhões de reais, mais de 50% do orçamento do município, o governo colocou só na reserva de contingência, dinheiro para gastar sem prestar conta com ninguém, dinheiro para fazer farra, dinheiro para fazer tudo, sem precisar pedir. O município não colocou a reserva de contingência, a Câmara em observando as necessidades para um caso premente, diria de catástrofe, epidemia, ou outra alocou seiscentos mil reais. O governo colocou vinte e três milhões de reais, então veja bem como há diferença entre uma administração e outra. Eu estou falando isso como homem de oposição, então eu me manifesto já antecipando o meu voto, discutindo o Projeto propriamente dito pela a sua aprovação, porque estar enxuto e fala da realidade do Município de Boa Vista. Se houver e não fiz isso o ano passado, votei inclusive contra por causa disso. Esse ano houve o cuidado e o respeito. Então eu quero dizer que em assim sendo, por certo, o orçamento é enxuto e faz parte da realidade, se houver excesso de arrecadação, abre-se crédito adicional suplementar de acordo com a legislação, que assim eu exijo, como fizemos ontem com trezentos e pouco mil reais, por aí eu quero encerrar a minha fala como vereador mais pacato da sala, dando conta de que nós somos a priori favoráveis. Não havendo mais nenhum vereador que queira discutir o Projeto. Passou-se para a votação do Projeto. Alfonso Rodrigues do Vale – aprovo o Projeto, Antônio Francisco Beserra Marques – Sim, Eugênia Glaucy – aprovo, Ilka Malla – aprovo, Jader Linhares – aprovo, José Ivanildo – aprovo, Jesus Laranjeira – justificativa o meu voto, valor de cátedra, o vereador Vantan, como contabilista que é e falou certo quando disse que veio um projeto orçamentário bem elaborado, que estar de parabéns a Secretária de Finanças e a Administração Municipal pela a apresentação desse Projeto orçamentário, é a realidade do município, é demonstração da vontade que o executivo tem de procurar trabalhar dentro da realidade da economia municipal e como disse o Otoniel, eu pertença a um partido que faz oposição ao Prefeito, não a facção política da qual o Prefeito faz parte, eu sou PSDB, fui eleito por essa legenda e continuo nela, então olhando o que disso o companheiro Vantan, olhando o conteúdo do orçamento, apesar de não ser um técnico, eu admirei muito o trabalho apresentado e admirei também o cuidado que a Câmara teve em reparar o que este ano o Executivo Municipal não alocou verbas de contingência e nós tivemos o cuidado de fazer essas emendas para aprimorar o Projeto e para preparar também uma oportunidade para administração, se ela precisar de um dinheiro urgente. Sendo assim o meu voto é favorável a aprovação do Projeto. Maria de Lourdes – aprovo, Maria da Conceição Ventura – aprovo, Natanael

ESTADO DE RORAIMA
CÂMARA MUNICIPAL DE BOA VISTA
DIVISÃO DE ELABORAÇÃO DE ATAS

Nascimento – pela a aprovação, Otoniel Ferreira de Souza – de acordo com os argumentos já relatados voto favorável, Otília Pinto – eu queria solidarizar os colegas, os companheiros, mesmo os das facções adversárias ao prefeito Ottomar Pinto, por terem reconhecido esse trabalho e hoje estarem com a gente, votando favorável e tecendo esses comentários com referência a Câmara Municipal. O meu voto é pela a aprovação. Parimé Brasil – Senhora Presidente, eu fui designado pelo o Ilustre Vereador Jader Linhares Presidente da Comissão de Orçamento para oferecer parecer ao Projeto de Lei que trata da Lei Orçamentária do Município. Eu quero declarar aqui que a elaboração do orçamento feito pelo Dr. Haroldo da Secretaria de Planejamento e teve o cuidado de dar um aumento cotitativo de 6,69%, acompanhando dessa forma a inflação que houve em todo o país e colocando o orçamento dentro das diretrizes, dentro da realidade de que o Município possa arrecadar em taxas, tributos e impostos, bem com o de uma previsão de que possa vir a ser anexado ao orçamento de algum convênio com algum órgão federal da nação brasileira, desta forma nós estivemos analisando e como o orçamento espelha pela primeira vez neste município, a realidade como o orçamento espelha o que se pode fazer dentro do Município de Boa Vista, baseado na Lei de Diretrizes Orçamentária foi que nós oferecemos parecer favorável ao Orçamento Municipal para o ano 2000, sem que isso signifique que como também não significa o nosso voto favorável aos empréstimo solicitados aqui para esta Casa pelo Senhor Prefeito Municipal de que nós passamos a apoiar a atual administração ou passamos a apoiar as atitudes do Prefeito não em absoluto. Nós vamos continuar a nossa posição de homem de oposição nesta Casa, criticando quando for necessário e apresentando soluções quando couber, mas no entretanto na evidências desses fatos, tanto do empréstimo como da Lei Orçamentária nós não poderemos votar contra as pretensões da Prefeitura Municipal de Boa Vista, porque entendemos que as obras ali solicitadas, que ali citadas, para serem concretizadas vem exatamente de encontro aquilo que nós estamos dioturnamente sugerindo por intermédio de indicações ao Senhor Prefeito Municipal. Por esta razão Senhora Presidente votamos favorável ao atual orçamento; Tereza Cristina Paim – aprovo, Vantan Praxedes – aprovo. Portanto aprovado por unanimidade dos senhores vereadores o Projeto de Lei n.º012/99, de 20 de setembro de 1999, que Estima a Receita e Fixa as Despesas do Município de Boa Vista para o exercício financeiro de 2000, autoria do Poder Executivo. Não havendo mais nada para a Ordem do Dia, passou-se para as **EXPLICAÇÕES PESSOAIS**. Com a palavra a vereadora Presidente **SÔNIA BACELAR** – Em Explicações Pessoais , nós queríamos somente fazer mais um lembrete aos senhores vereadores e que na sexta-feira dia 17, será realizada uma confraternização deste Legislativo, entre os vereadores e funcionários, o local será no CAT, o horário será a partir das nove horas, o dia inteiro, será um churrasco, haverá sorteio de brindes e nós enviamos um documento a todos os

vereadores pedindo uma colaboração, os vereadores que pretendem colaborar nos entregassem essa importância até amanhã por que nós temos os compromissos a pagar para a festa dos servidores. Agradecemos a todos os que colaborarem obrigada. com a palavra o vereador **JESUS LARANJEIRA** – Em Explicações Pessoais, eu quero deixar aqui patenteado o meu reconhecimento aos colegas vereadores pela maneira como foram tratados os assuntos sérios no que diz respeito ao Orçamento do Município. Eu acho que neste orçamento vai depender o destino do Município de Boa Vista e eu fiquei imensamente satisfeito de ver que houve um consenso dos dezesseis vereadores, não dos dezessete porque a Presidente tem que ficar fora por questões de lei e só quero mais uma vez dizer que me sinto inteiramente satisfeito de fazer parte desta legislatura. Com a palavra a vereadora **CRISTINA PAIM** – Senhora Presidente, senhores vereadores, eu quero usar este momento de Explicações Pessoais para lembrar aos colegas vereadores que as inscrições para a dispensa da taxa de matrícula no vestibular, estão abertas a partir de sexta-feira, para que depois nós não usemos aqui a tribuna para dizer que a Universidade não oferece a dispensa da taxa. Então as pessoas aqui hoje, os vereadores aqui presentes, lembrem aos seus amigos e pessoas que necessitam desse benefício que as inscrições para a isenção da taxa do vestibular estão abertas a partir de sexta-feira na Universidade. Era só isso. Com a palavra o vereador **OTONIEL FERREIRA** – Eu em Explicações Pessoais, quero com tristeza até dizer que nós falamos que discutimos aqui, tem muita coisa a ver com o que houve agora na cidade, quando a gente falou que se tira dos cofres públicos trezentos e cinqüenta mil reais, assim do dinheiro do povo para gastar em orgia, a Dona está aqui por exemplo, a mãe de uma criança de três anos, eu queria que a senhora não se sentisse agredida pelo o que eu vou dizer, mas a senhora hoje, desempregada, mãe de uma criança de três anos de idade que sofre de uma doença que necessita de tratamento em caráter de urgência, urgentíssima. Nós gostaríamos de falar com alguns dos colegas vereadores pessoalmente e queria pedir a Lourdes, Vantan, Ivanildo, Braz, Nascimento, ao Alfonso, a vereadora Otília Pinto, de que nós nos uníssemos nesta questão para ajudar aqui essa criança que pelo menos a gente desse uma quantia para ela pudesse pagar os tratamentos que tem lá fora. Eu lamento em nome da senhora e da sua filha, e dizer que isso vem ocorrendo, pena que a gente não possa lhe oferecer muito mais, mas pelo que eu conversei com o Parimé, com a Eugênia, com o Jader, com a Cristina, Laranjeira, com todos e a gente vai encontrar um caminho para ajudar a senhora a levar a sua filhinha para se tratar fora. Eu quero dizer que isso magoa bastante a gente, porque nós não gostaríamos que isso estivesse acontecendo com a senhora, mas lamentavelmente estar, não se sinta ofendida por isso, estar bom, a vereadora Sônia deva falar alguma coisa com relação a isso. Vereadora **SÔNIA BACELAR** – Nós queríamos apenas dizer a essa mãe, nós também somos mãe, que filho é pai de coração eu queria fazer um apelo aos colegas vereadores, por menor

ESTADO DE RORAIMA
CÂMARA MUNICIPAL DE BOA VISTA
DIVISÃO DE ELABORAÇÃO DE ATAS

que fosse a quantia, pode ser pouco para todos nós , mas nós temos a certeza , que para esta criança vai ser muito, quero colocar a Câmara Municipal a disposição, pretendo conversar se for possível com a senhora, após o término da sessão, a Câmara Municipal, eu sempre coloco que é uma grande família, nós já fizemos campanhas com os próprios funcionários para ajudar pessoas necessitadas e este caso se depender desta Casa Legislativa nós ajudaremos esta criança e quem sabe no futuro esta criança não poderá ocupar uma cadeira que aqui hoje nós estamos ocupando, conte conosco. Com a palavra a vereadora **LOURDES PINHEIRO** – Eu vou falar também da situação dessa criança, o que essa criança estar necessitando é de ajuda e principalmente de uma internação em Brasília, no hospital de Base, ela não pode ir sem essa consulta marcada, por que se não fica naquela rotina dos corredores e a grande preocupação da mãe é a parte financeira e também essa consulta que deverá ser marcada. Nós já conversamos com ela, sendo encaminhada pelo o Conselho Municipal da Infância e Adolescência, só que ainda não foi conseguida essa passagem, depois nós vamos conversar com o vereador Jader, eu acho que ele nem sabe ainda dessa situação e para ver o que pode ser feito e a questão da internação. Obrigada. Não havendo mais nenhum vereador que queira se pronunciar, a Senhora Presidente agradeceu a presença de todos e encerrou a sessão. Plenário **"ESTÁCIO PEREIRA DE MELLO",** Boa Vista-RR, em 14 de dezembro de 1999.

SÔNIA MARIA BACELAR FERREIRA
Presidente

ANTÔNIO F^CO. BESERRA MARQUES
1.º Secretário